
SER Social

ALIMENTAÇÃO,
ABASTECIMENTO E CRISE

Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021

Circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar na pandemia: protocolo de pesquisa

**Short food supply chains in the pandemic: research protocol /
Circuitos cortos de producción y abastecimiento
de alimentos en la pandemia: protocolo de investigación**

Antonio Hélio Junqueira¹

Resumo: A pandemia da Covid-19, deflagrada mundialmente no primeiro trimestre de 2020, e que logo se fez acompanhar da consequente necessidade de imposição de medidas de isolamento social, acarretou um amplo e

1 Engenheiro Agrônomo. Doutor em Ciências da Comunicação (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP), Pós-doutorado e Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM / Bolsa CNPq de Pós-doutorado Júnior). Especialista em Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano (FAO/PNUD/CEPAL/IPARDES) e em Economia Popular do Abastecimento Alimentar (FIA/USP – Bolsa CNPq de Especialização no País). Sócio-proprietário da Junqueira e Peetz Consultores Ltda/ Consultoria e Inteligência de Mercado. Membro dos Grupos de Pesquisa: Special Interest Group (SIG) em Biodiversidade e Cultura Alimentar na América Latina e Rede de Pesquisadores em Alimentação, Abastecimento e Consumo (Repa-com). E-mail: helio@hortica.com.br

complexo conjunto de dificuldades alimentares. O inusitado do fenômeno para a sociedade contemporânea, tanto quanto sua inevitabilidade e a universalidade de sua abrangência social, acarretaram drásticas e profundas rupturas nos fluxos de suprimento alimentar, demandando atenção e medidas corretivas emergenciais. Nesse contexto, os circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar tornaram-se alternativas amplamente demandadas, como soluções factíveis, viáveis e produtivas em resultados de curto prazo. A presente proposta teórico-metodológica para um protocolo de pesquisa visa orientar futuras explorações críticas comparadas do legado social dessas experiências de abastecimento alimentar da perspectiva analítica das inovações introduzidas, dos aprendizados que aportaram e do potencial para sua replicabilidade como tecnologias sociais relevantes e alternativas possíveis aos sistemas alimentares tradicionais.

Palavras-chave: abastecimento alimentar; circuitos curtos; protocolo metodológico; pandemia.

Abstract: The Covid-19 pandemic, which started worldwide at the first quarter of 2020, and which was soon accompanied by the consequent need to impose social isolation measures, led to a wide and complex set of dietary difficulties. The unusual nature of the phenomenon for contemporary society, as well as its inevitability and the universality of its social scope, led to drastic and profound disruptions in the flows of food supply, requiring attention and emergency corrective measures. In this context, short circuits of production and food supply have become widely demanded alternatives, as feasible, viable and productive solutions in short-term results. The present theoretical-methodological proposal for a research protocol aims to guide the critical exploration of the social legacy of these experiences of food supply, the analytical perspective of the innovations introduced, the lessons learned and the potential for their replicability as relevant social technologies and possible alternatives to traditional food systems.

Keywords: food supply; short circuits; methodological protocol; pandemic.

Resumen: La pandemia de Covid-19, que comenzó en todo el mundo en primer trimestre de 2020, y que pronto estuvo acompañada por la consiguiente necesidad de imponer medidas de aislamiento social, condujo a un conjunto amplio y complejo de dificultades alimentares. La naturaleza inusual del fenómeno para la sociedad contemporánea, así como su inevitabilidad y la universalidad de su amplitud social, condujeron a interrupciones drásticas y profundas en los flujos de abastecimiento de alimentos, que exigió atención y medidas correctivas de emergencia. En este contexto, los circuitos cortos de producción y abastecimiento de alimentos se han convertido en alternativas muy demandadas, como

soluciones viables y productivas en resultados en el corto plazo. La presente propuesta teórico-metodológica para un protocolo de investigación tiene como objetivo guiar la exploración crítica del legado social de estas experiencias de abastecimiento de alimentos, la perspectiva analítica de las innovaciones introducidas, las lecciones aprendidas y el potencial para su replicabilidad como tecnologías sociales relevantes y posibles alternativas a sistemas alimentarios tradicionales

Palavras clave: abastecimiento de alimentos; circuitos cortos; protocolo metodológico; pandemia.

Introdução

A emergência da pandemia do coronavírus (Covid-19), deflagrada ao final do primeiro trimestre de 2020, e que logo se fez acompanhar da consequente necessidade de imposição de medidas de isolamento social, acarretou um complexo e imenso conjunto de dificuldades alimentares, o qual veio a exigir atenção e medidas de diferentes magnitudes e urgências. No bojo desses fenômenos, estabelecimentos de comercialização atacadista e varejista de gêneros tanto quanto bares, restaurantes, hotéis e toda sorte de pontos de suprimento alimentar foram sumariamente fechados ou, no mínimo, limitados em suas funções de fornecimento de ingredientes, refeições preparadas e prontas para consumo local. Soluções de entrega em domicílio dessas mercadorias, se não previamente existentes, foram imediatamente adotadas, muitas delas improvisadas com os recursos momentaneamente possíveis.

O inusitado do fenômeno, tanto quanto sua inevitabilidade e a universalidade de sua abrangência social provocaram drásticas e profundas rupturas nas cadeias de suprimento alimentar, gerando carências e inseguranças, que vieram a demandar pronta atenção e socorro, não apenas no âmbito das políticas públicas, mas também no tocante às ações colaborativas, empáticas e solidárias do próprio corpo social.

Com maior ou menor grau de êxito, eficiência e eficácia, o conjunto de medidas, políticas e iniciativas criadas, revividas, ampliadas, adaptadas e experimentadas socialmente, nesse contexto, por certo estão por merecer futuros mapeamento, catalogação e análise, com vistas à construção de repertórios de intervenção úteis, aprimoráveis

e replicáveis em outros contextos e territórios, para além daqueles que lhes deram origem.

A presente proposta, de natureza metodológica, busca subsidiar futuras iniciativas desta natureza, visando suprir parcialmente tal demanda, concentrando-se na parcela das experiências que envolveram, e que, provavelmente, sigam envolvendo, ações de integração ou de reintegração emergencial de produtores de alimentos ao mercado, a partir de sua conexão direta com consumidores urbanos para o escoamento de suas safras e fornecimento de alternativas de suprimento emergencial de gêneros alimentícios.

Um conjunto ampliado de experiências dessa natureza já era comprovadamente preexistente ao contexto pandêmico, como decorrência de novos apelos da demanda de consumidores mais críticos, conscientes e sensíveis, naquilo que diz respeito a questões socioambientais, justiça e equidade social e, também, mais atentos à construção e à preservação da saúde e bem-estar tanto próprios, quanto de familiares e dependentes (PORTILHO; BARBOSA, 2016; JUNQUEIRA; MORETTI, 2019). Tais necessidades e expectativas veem sendo gradativamente solicitadas e suportadas por novos formatos e propostas de suprimento alimentar conectoras do rural ao ambiente urbano. Nesse contexto, ganham relevância as articulações e as valorizações da produção oriunda de modos orgânicos e de pequenas unidades familiares locais, socialmente mais inclusivas e menos intensivas na utilização de recursos naturais e, se possível, isentas ou poupadoras de insumos químicos (CASTAÑEDA, 2012). Fazem parte do rol destas iniciativas as feiras de produtores orgânicos e/ou familiares (PORTILHO; BARBOSA, 2016), os programas de entregas de cestas de alimentos, os grupos de consumo responsável (GONÇALVES; MASCARENHAS, 2017) e as comunidades que sustentam a agricultura (CSA), entre outras de natureza similar (JUNQUEIRA; MORETTI, 2019). Trata-se, de um modo geral, de alternativas aninhadas nos espaços e interstícios possíveis no âmbito dos sistemas alimentares dominantes e que se organizam preferencialmente em circuitos curtos de produção e abastecimento dos gêneros alimentícios. (JUNQUEIRA; MORETTI, 2019).

Se, por um lado, os modelos e formatos dessas experiências já eram, em alguma medida, conhecidos e experimentados, por outro, o que a pandemia acarretou foi a premente necessidade de sua expansão generalizada e imediata, na maior parte das vezes ao atropelo das condições técnicas, operacionais e logísticas mínimas. Produtores e consumidores individuais ou organizados em grupos e associações tiveram, na maior parte dos casos conhecidos e já registrados, que improvisar infraestruturas, técnicas e comportamentos, sem suporte gerencial e material adequados, suficientes e convenientes.

O que pretendemos alinhar e sugerir, no contexto da proposta metodológica ora construída e apresentada com vistas à orientação de futuras investigações do tema, é o legado socialmente construído nesse campo de experiências alimentares, da perspectiva dos aprendizados que elas veem aportando e da sua replicabilidade enquanto tecnologias sociais de significado e relevância para a melhoria das condições socioambientais em que se inserem as alternativas possíveis aos sistemas alimentares tradicionais. Nessa direção, propomos a adoção de um trajeto teórico-metodológico, consolidado na forma de um protocolo de pesquisa, que incorpora sequencialmente: i) delimitação do campo e do objeto de investigação; ii) alinhamento conceitual das variáveis analíticas a serem consideradas; iii) propostas para a elaboração de mapas e inventários das experiências de interesse e das abordagens de pesquisa; iv) análises críticas de evidências; e v) considerações para a implantação do protocolo em futuras investigações de campo.

Os impactos alimentares da pandemia

Em âmbito mundial, a emergência pandêmica do coronavírus e a decorrente implantação de medidas para o controle social de sua expansão levaram a imediatas decisões para a supressão de feiras e mercados, além de hotéis, restaurantes e similares, causando prejuízos e inseguranças não apenas para consumidores intermediários e finais, que ficaram bruscamente privados de alternativas de suprimento, mas também para produtores, pequenas agroindústrias artesanais, agentes extrativistas e congêneres que se viram, de um momento para outro,

impedidos ou fortemente limitados no escoamento de suas safras e mercadorias. (BÁRCENA; BERDEGUÉ, 2020).

Organizações internacionais e governos de muitos países prontamente passaram a dedicar esforços para aquilatar os possíveis efeitos da crise e os seus potenciais impactos econômicos, sociais e alimentares, especialmente no curto prazo. Para a América Latina e o Caribe, as estimativas da FAO, em conjunto com a Cepal, apontaram que, com o agravamento das condições de vida impostas pela pandemia, 83,4 milhões de pessoas passariam a viver em condições de extrema pobreza, sendo fortemente impactadas pela fome. (BÁRCENA; BERDEGUÉ, 2020).

Nesse contexto, a maior parte das medidas públicas decorrentes desse quadro foram no sentido de implantar, de imediato, políticas de garantia de renda mínima à população mais afetada – incluindo, em alguns casos, os produtores rurais e pequenos fabricantes alimentares –, e também de assegurar a oferta de alimentos a populações anteriormente atendidas por programas governamentais, de maneira particular pelas merendas escolares em ambientes rurais e urbanos periféricos. (VALADARES; ALVES; GALIZA; SILVA, 2020).

Cabe destacar que a análise do conjunto de documentos e de propostas políticas gerado neste contexto, particularmente pelos organismos internacionais do setor, revelou que, no âmbito das políticas públicas, pouca ênfase foi efetivamente concedida ao fortalecimento das iniciativas de conexão direta entre produtores e consumidores, enquanto alternativa viável, adequada, promissora e replicável de abastecimento alimentar (BÁRCENA; BERDEGUÉ, 2020), fato esse que aumenta o interesse e a oportunidade estratégica para a apresentação, desenvolvimento e implantação do presente protocolo de pesquisa proposto para a orientação de futuras investigações do tema.

Já no âmbito das iniciativas privadas surgidas nessa direção, as ações desenvolvidas e implementadas por organizações não governamentais, associações, cooperativas, cidadãos independentes e lideranças populares apresentam-se ainda pouco documentadas e analisadas, justificando o interesse no seu inventário crítico e documentação para replicabilidade, quando factível e socialmente desejável.

No caso brasileiro, um problemático e desarticulado isolamento social oficial passou a ser decretado a partir da penúltima semana do mês de março de 2020. No Estado de São Paulo, a data fixada para a operação e vigência foi de 24 de março a 8 de abril, a qual sofreu e segue sofrendo prorrogações sucessivas, em conformidade com o avanço e a falta de controle da evolução dos quadros epidêmicos. Outros estados e o Distrito Federal observaram, com suas diferenças e particularidades, disciplinas normativas de natureza e duração assemelhadas.

As medidas adotadas no setor alimentar imediatamente incluíram o fechamento dos serviços de alimentação preparada para oferecimento e consumo local (bares, cafés, restaurantes, padarias e congêneres), que passaram a funcionar exclusivamente via sistema de entregas domiciliares. Padarias e similares, como açougues, puderam funcionar para a venda em balcão de gêneros tradicionalmente oferecidos por esse tipo de estabelecimento (pães, doces, bolos, frios, carnes etc.). Já equipamentos como super e hipermercados, mercados e feiras livres passaram a operar, na maior parte dos casos, sob restritivas normas, recomendações e ampla fiscalização de procedimentos de higiene, prevenção e distanciamento social. Cabe ressaltar, contudo, que, no caso das feiras de alimentos, muitos foram os registros, em todo o território nacional, de medidas simplesmente proibitivas de sua instalação e funcionamento em vias públicas. No caso de não proibição, medidas complementares de orientação, como aumento de distância entre barracas, introdução de opções de entrega em domicílio e em sistema *drive-thru* e de higienização, passaram a ser adotadas (IICA, 2020). A iniciativa mais completa e de maior amplitude nesse sentido consolidou-se no projeto “Feira Segura”, elaborado e implantado, em nível nacional, pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (CNA; SENAR, 2020; IICA, 2020). Registramos, ainda, que governos de muitos estados e municípios preferiram deixar a critério dos próprios feirantes e de suas associações, a decisão final quanto ao funcionamento de seus equipamentos.

Nesse contexto, as medidas de controle pandêmico impuseram estrangulamentos e rupturas nas cadeias de suprimento, especialmente

dos produtos perecíveis como as frutas e hortaliças, provocando isolamentos e interrupções nas relações entre produtores, supridores atacadistas formais e informais, agentes varejistas, setor de serviços e consumidores. A supressão de atividades no setor hoteleiro, de eventos e de restauração alimentar pela premente necessidade do isolamento social foi, também, bruscamente decidida e determinada, sem tempo para preparações ou desenhos de estratégias e alternativas logísticas para o abastecimento dos gêneros. Muitas soluções provisórias e emergenciais tiveram que ser improvisadas e adotadas, visando à minimização de prejuízos financeiros e materiais, como a perda das colheitas, e à continuidade do funcionamento dos sistemas alimentares, ao menos nas suas condições mais básicas e essenciais.

Porém, o encalhe, a perda e a necessidade de descarte de mercadorias que não encontraram compradores ou meios de escoamento minimamente adequados ocorreram em larga escala em todo o País. A região do cinturão verde de São Paulo, que responde por cerca de 25% do suprimento de frutas, verduras e legumes, em âmbito nacional, foi uma das mais dura e prontamente atingidas. Segundo levantamento do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, mais importante município da região, mais de 7.000 produtores regionais de frutas e hortaliças foram impactados, acumulando perdas de até 70% de suas lavouras. Para aqueles que, além de escoarem seus produtos para mercados atacadistas, distribuidores e grandes consumidores institucionais, também atuavam diretamente como feirantes, as perdas foram da ordem de 60%. (NARCIZO, 2020).

Além dos pequenos produtores de frutas e hortaliças, foram particularmente atingidos os fabricantes artesanais de alimentos e bebidas como queijos, cafés, doces, bolos, chocolates, azeites e cervejas, fornecidos prioritariamente, no contexto pré-pandêmico, a restaurantes, hotéis, empórios e lojas especializadas. Fora do mercado de suprimento das grandes plataformas super e hipermercadistas e longe de atingir diretamente o consumidor final, esses agentes se viram, de um momento para outro, desprovidos de canais e dos fluxos de escoamento para suas mercadorias. Apenas no Estado de São Paulo, segundo a Federação do Comércio paulista (Fecomércio), durante os primeiros três meses do isolamento social, 460 mil estabelecimentos

deixaram de atender ao público, quantidade que equivaleu a praticamente 70% do total de equipamentos prestadores de serviços no Estado. Por sua vez, o setor de bares e restaurantes, segundo a sua associação nacional, deverá ter 40% de seus estabelecimentos definitivamente fechados. (ABRASEL, 2020).

Nesse cenário, as dificuldades encontradas pelos produtores, suas associações e cooperativas, para o enfrentamento da calamidade, assumiram grande magnitude. Parte relevante das soluções emergenciais encontradas se viabilizaram a partir do comércio em plataformas eletrônicas, que permitiram a conexão direta de produtores, grupos informais, associações e cooperativas a consumidores dos mais diferentes portes e categorias. Muitas iniciativas tiveram que ser iniciadas sem que os agentes envolvidos pudessem contar com infraestruturas ou experiências prévias. Outros fornecedores já atuantes no comércio virtual, por sua vez, tiveram que passar por processos de completa inversão nos seus modelos de negócios. De fato, observaram-se muitos registros de produtores ou pequenas empresas para os quais o comércio via canais digitais saltou de uma participação relativa na faixa de 5% a 10% das vendas, para até 100% de suas receitas comerciais. No entanto, tais vivências não acarretaram apenas os desafios da abertura de novos canais de escoamento e do encontro de soluções logísticas para armazenamento e entrega de mercadorias. Tratou-se especialmente de se ter que lidar com imposições de novas e prementes necessidades de desenvolvimento e da viabilização operacional de novas formas de cobranças, pagamentos e recebimentos de valores, de gestão, de comunicação com os compradores, enfim, de novos formatos de governança de redes criadas e mobilizadas pela ação coletiva.

O protocolo de pesquisa proposto e seus contornos

Protocolo é entendido, no âmbito deste artigo, como um conjunto de abordagens, procedimentos, etapas lógicas, sequenciais, sinérgicas e convergentes em pesquisa quali-quantitativa. O estabelecimento do protocolo tem como propósito normatizar tais operações,

abordagens, posturas e sequências de atividades necessárias e adequadas à obtenção de achados de pesquisa relevantes e participações colaborativas entre organizações públicas e privadas, viabilizando sua replicabilidade e adoção por diferentes instituições interessadas no uso prático e assertivo dos procedimentos validados. Além disso, o protocolo proposto visa criar parâmetros claros, objetivos e consistentes para a sua validação técnica e científica junto a redes e comunidades de pesquisadores em âmbito nacional e internacional, de modo a subsidiar teórica e metodologicamente a realização de futuras investigações harmonizadas, confluentes e criticamente comparáveis sobre a temática dos CCPAA, em suas dinâmicas interativas no abastecimento e segurança alimentar.

Delimitação do campo e do objeto de investigação

As iniciativas e experiências empíricas a serem incluídas no campo de estudo pretendido são aquelas que envolveram e/ou seguem envolvendo formas de organização e operacionalização de conexões diretas entre produtores e consumidores de alimentos. Tais ações coletivas reportam-se aos chamados CCPAA, em que os fluxos e processos de trocas são alheios, fracamente integrados, suplementares ou alternativos aos sistemas tradicionais e às grandes plataformas atacadistas e varejistas de suprimento dos gêneros alimentícios. (JUNQUEIRA; MORETTI, 2019).

Entre os temas internacionalmente emergentes nos estudos e pesquisas sobre as economias sociais e solidárias, estão aqueles que apontam para novas posturas libertadoras da imaginação sociológica, que veem permitir repensar os mercados para além de suas leis, lógicas e dinâmicas autônomas de existência e funcionamento. Nesse sentido e direção, os mercados passam a ser entendidos como instituições sociais que funcionam como mecanismos de coordenação em contextos de competição globalizada, porém não alijados das articulações com as dimensões, decisões e prioridades normativas, culturais e políticas do local (CARROLL; FAHY, 2015), do regional e do nacional.

Cabem, no contexto desse alinhamento futuro sugerido, tanto experiências marcadas pelas iniciativas do ativismo alimentar em suas várias frentes de ação (CASTAÑEDA, 2012; PORTILHO; BARBOSA, 2016), quanto aquelas surgidas de necessidades emergenciais de escoamento de safras e preservação da renda rural no contexto do isolamento social coletivamente vivenciado. Em ambos os casos, o que determinará a inclusão das experiências observadas deverá ser sua adequação ao objeto da investigação pretendida, qual seja sua pertinência como conquista e legado para o conjunto de ações de integração e/ou reintegração de produtores no abastecimento direto de alimentos aos consumidores urbanos, em sua potencial replicabilidade enquanto tecnologia social.

Alinhamento conceitual das variáveis analíticas consideradas

O semiólogo, antropólogo e filósofo espanhol-colombiano Jesús Martín-Barbero, ao longo de sua profícua trajetória intelectual, vem desenvolvendo e continuamente atualizando, desde os anos 1960, abordagens metodológicas para o estudo das mediações comunicativas e culturais em suas complexas e multifacetadas interações no engendramento dos fatos e fenômenos sociais. Em sua obra, o autor formula e opera os conceitos de “mapas noturnos” e “mapas das mutações”, nos quais considera a identificação, a incorporação e a imbricação dos múltiplos e multidimensionais fatores para o entendimento das dinâmicas dialéticas dos processos sociais. São assim pensadas e incluídas, nos seus estudos comunicacionais e culturais, as dimensões das institucionalidades, socialidades, tecnicidades, ritualidades, espacialidades, temporalidades e mobilidades (MARTÍN-BARBERO, 2003, 2009, 2018). Trata-se de aparato teórico-conceitual de grande relevância não apenas para os estudos culturais e da comunicação, mas, também, para as pesquisas sobre desenvolvimento e território, enfoque para o qual ora pretendemos estabelecer aproximações e apropriações metodológicas. (ESCOSTEGUY, 2019; ESCOSTEGUY; SIFUENTES; BIANCHINI, 2016).

De fato, estudar e compreender os processos e iniciativas visados pelo protocolo proposto implica a construção de mapas mentais capazes de dar conta das complexas interrelações e disputas entre os diferentes processos sociais e atores envolvidos, sempre em busca de dominação, hegemonia, controle e garantia de direitos, interesses, benefícios e privilégios (WANDERLEY, 2015b). Não se trata, pois, apenas da reconfiguração de territorialidades alimentares e de novas práticas alternativas de trocas mercantis, monetárias e/ou não-monetárias entre produtores e consumidores. Em realidade, tais fenômenos, dada a complexidade de seu enredamento nos tecidos sociais, implicam expandir suas abordagens em busca do entendimento das tensas relações, transformações e intercâmbios entre ciência e técnica, tradição e modernidade, rupturas e reconstruções, saberes e fazeres e, principalmente, posses e partilhas de recursos e benefícios sociais e naturais.

Ao par desses desafios na articulação entre conceitos, agentes, práxis, estratégias e táticas de sobrevivência e/ou de ampliação de mercado, há que se considerar, ainda, questões da ordem da relevância socioecológica das iniciativas analisadas e de seu papel tanto na preservação de espécies e biomas, quanto na inclusão social de sujeitos, atores, grupos e povos de identidades coletivas tradicionais² (JUNQUEIRA, 2018). Nessa direção, especial ênfase deve ser dada aos desenhos do protagonismo adquirido pelas mulheres rurais e urbanas enquanto agentes portadoras de alto potencial de transformação social (WOLTMANN, 2017; BOSCH, 2013). De fato, são muitos os desafios teórico-metodológicos para o tratamento das tensas relações de poder, desigualdade e subordinação de gênero no interior das famílias, associações e comunidades componentes das esferas da economia social e solidária e que deverão ser contempladas em futuras investigações sobre os CCPAA. Via de regra, os estudos setoriais têm dado maior ênfase, senão mesmo exclusividade, às abordagens das assimetrias de classe social e poder econômico entre

2 Pequenos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, faxinalenses, comunidades de fundo e fecho de pasto, ciganos, caiçaras, pescadores artesanais, pantaneiros, comunidades de terreiros afroreligiosos, entre outros.

os agentes, relevando as questões femininas e feministas. (WANDERLEY, 2015a).

Da mesma forma, será igualmente importante investigar se e quanto tais iniciativas contribuíram (ou têm potencial) para aumentar o interesse de populações jovens pela atividade rural e pela sustentação das atividades no campo, sinalizando para eventual contribuição na diminuição do êxodo rural, retenção de populações e preservação de paisagens agrícolas (FISCHER; BURTON, 2014; HERNÁNDEZ-FLORES, 2019). No Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), produtores rurais jovens, com idade entre 25 a 35 anos, somavam 9,5% do total dos produtores brasileiros, enquanto em 2006 representavam 13,5%. Estudos internacionais apontam que, para estancar ou reverter situações análogas a esta, mais do que oferecer vantagens e benefícios materiais é necessário reconfigurar processos positivados de identificação dos jovens com a terra, as ruralidades e as propriedades agrícolas familiares. (FISCHER; BURTON, 2014). No âmbito das experiências dos circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar, no atual contexto pandêmico, a participação dos jovens das comunidades envolvidas foi notável, por vários motivos, entre os quais se destacam: i) as suas maiores aptidões, preparo e experiência para lidar com as tecnologias de informação e comunicação digital que se tornaram imprescindíveis à realização de novos contatos e negócios; ii) entusiasmo e vontade de contribuir para a superação de problemas coletivos, e iii) maior disposição e resistência física às longas jornadas de trabalho que se impuseram, muitas vezes levando famílias, grupos e comunidades a situações limites. Tais fenômenos reclamam, para pesquisas futuras, identificação, quantificação e qualificação enquanto parte do legado social das experiências de suprimento alimentar ao longo da crise sanitária, econômica e social decorrente da Covid-19.

Compreender tais fenômenos e encontrar respostas adequadas às indagações que engendram, revestem-se de fundamental importância para a inspiração de normas e de políticas públicas agroalimentares e ambientais que lhes deem suporte, defesa e promoção, bem como ampliem e viabilizem a sua própria replicabilidade no corpo social.

Elaboração futura de mapas e inventários das experiências de interesse e das abordagens de pesquisa

No contexto das comunicações hipermediatizada que constituem a sociedade contemporânea, os mapas instauram e refletem novas conexões emergentes entre as informações geográficas a respeito de ofertas e demandas de bens, serviços e experiências sociais, contextualizando e evidenciando suas dinâmicas e interações territoriais (ADAMS, 2009). Tais atividades passam a ser tão mais relevantes e próximas às realidades vivenciadas quanto mais intensamente sejam orientadas, construídas e geridas por processos colaborativos em rede. (LEMOS; PASTOR; OLIVEIRA, 2012; LARANJEIRAS, 2019).

A instauração do isolamento social, decorrente da pandemia da Covid-19, acarretou novas necessidades, expectativas e demandas sobre mapas e seus processos de elaboração, de modo a dar conta de informar e localizar soluções para problemas emergentes, entre os quais pretendemos destacar como item relevante de orientação para o estudo e a análise crítica para as novas investigações, a partir do presente protocolo proposto, aqueles relacionados ao abastecimento alimentar.

No contexto pandêmico, conhecimentos geográficos sobre possibilidades e qualidades de soluções anteriores sobre ofertas e demandas alimentares localizadas e qualificadas foram abruptamente desarticulados, frente às rupturas impostas aos circuitos, fluxos e processos até então vigentes e operativos, deixando de informar e atestar a realidade socialmente vivenciada. Novas soluções precisaram ser imediatamente buscadas e conhecidas no novo cenário da mobilidade virtual dos fluxos comunicativos e abastecedores.

Ações emergenciais foram buscadas e adotadas nas diferentes esferas de poder, assim como também no âmbito das iniciativas privadas, solidárias e assistenciais. Diferentes organizações governamentais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Prefeituras Municipais, entre outras), além de agências e empresas públicas criaram ou ampliaram plataformas, ferramentas, aplicativos

digitais, formas e abrangências geográficas para a inclusão mais ampla de usuários de acesso, de modo a favorecer a conexão digital entre produtores e consumidores. Do lado da iniciativa privada, diversas foram as iniciativas lideradas por chefs de cozinha, empresários do ramo hoteleiro ou da restauração alimentar, proprietários de lojas especializadas para conectar e mediar transações alimentares entre o campo e a cidade.

A futura e oportuna elaboração de inventários sobre tais experiências, assim como o mapeamento e a construção de uma tipologia das alternativas encontradas poderão representar instrumento útil para o aprendizado coletivo, replicabilidade e disseminação das melhores experiências e soluções desenvolvidas, especialmente no que se refere às tecnologias e ferramentas digitais, modelos de gestão, formas de comunicação e governança social dos fluxos informacionais e negociais. Há que se considerar que dados e achados de pesquisas dessa natureza poderão ser significativos e relevantes para o desenvolvimento e aplicação de propostas metodológicas participativas focadas em inovação em práticas e tecnologias sociais, como o *design thinking*, grupos de inovação aberta, coletivos do movimento *maker* e outras.

Análise crítica das evidências encontradas

Uma visão panorâmica sobre o conjunto das experiências de conexão direta entre produtores e consumidores de alimentos no Brasil contemporâneo, especialmente no contexto da pandemia do coronavírus, comporta evidências que merecem enumeração crítica para efeito de sua inclusão em futuras aplicações empíricas do protocolo ora proposto. Cabe ressaltar que grande parte delas já vêm sendo sistematicamente apontadas como importantes dilemas, desafios ou severas limitantes ao potencial das iniciativas dos circuitos curtos de produção e abastecimento enquanto alternativas socialmente significativas de política alimentar. Por isso, o olhar atento e crítico sobre avanços, conquistas e surgimento de novos desenhos de soluções se revestem de interesse e importância estratégicos.

Entre tais evidências críticas, se destacam: i) limitações e exclusões na questão tecnológica da virtualização dos mapas e dos fluxos de comunicação e de abastecimento; ii) dificuldades de acesso e inclusão dos menos favorecidos no atendimento alimentar por iniciativas dessa natureza; iii) desafios e limitações das alternativas encontradas para o escoamento integral da produção; e iv) ampliação das dimensões do consumo na formulação de iniciativas e políticas em circuitos curtos de produção e abastecimento de alimentos.

Quanto à questão tecnológica, cabe observar que um dos fatores determinantes do sucesso dos empreendimentos emergenciais propostos e experimentados na conexão direta entre produtores e consumidores foi a capacidade dos agentes envolvidos em mobilizar, empregar e explorar recursos e tecnologias digitais como a internet, as conexões sem fio, os aplicativos de pedidos e entregas de encomendas e os diferentes dispositivos fixos ou móveis de operação. De fato, as conexões entre produtores, distribuidores e comerciantes atacadistas e varejistas e consumidores intermediários ou finais têm sido decisivamente asseguradas pelas ofertas e aquisições virtuais das mercadorias. Muitos empresários do ramo gastronômico e *chefs* de cozinha vêm se mobilizando não apenas para garantir seus próprios sortimentos, mas também em ações solidárias em socorro especialmente a pequenos produtores familiares e produtores artesanais de alimentos. Os focos das ações têm se concentrado tanto na redução dos desperdícios das colheitas, quanto em tentativas de garantias mínimas de renda e sustento às famílias atingidas.

No entanto, o questionamento que precisa ser colocado nas futuras abordagens investigativas sobre os CCPAA refere-se ao problema do restrito acesso à internet pelas populações rurais, fato esse que seguramente atuou no sentido de manter a exclusão de parcelas desse público às novas formas alternativas de acesso a mercados. Como e com que intensidade a exclusão digital aprofundou a crise de suprimento de produtores e consumidores e que soluções surgiram para minimizar ou contornar o problema devem, pois, integrar com prioridade o protocolo de pesquisa presentemente proposto para as futuras investigações setoriais de pesquisadores e de suas redes colaborativas nacionais e internacionais. Segundo o CGI.br (2019),

as disparidades no uso da internet podem ser constatadas quando são observados os resultados por área de residência dos indivíduos. Considerando a população que vive na área urbana, em 2018, 74% eram usuários de internet, proporção que decresceu para cerca da metade da população com dez anos ou mais residente da área rural (49%). Essa diferença persistiu ao longo da série histórica da pesquisa: em 2015, por exemplo, 63% da população da área urbana era usuária de internet, ao passo que essa proporção entre os residentes da área rural era de 33%. Tais dados evidenciam o acesso diferencial e excludente da infraestrutura e do consumo familiar rural de tecnologias de informação e comunicação no Brasil (ESCOSTEGUY, 2019; ESCOSTEGUY; FELLIPI, 2020). No âmbito da América Latina e do Caribe, evidências apontam, ainda, para uma robusta e perversa superposição das exclusões e desigualdades digitais de gênero nas populações rurais (BILLARI et al, 2020).

Em relação aos desafios e limitações dos CCPAA no atendimento de populações economicamente marginalizadas, cabe destacar que pesquisas realizadas tanto no Brasil (GONÇALVES; MASCARENHAS, 2017), quanto no exterior (KATO, 2008; HODGINS; FRASER, 2018; SIEGNER; SOWERWINE; ACEY, 2018), têm apontado que as alternativas de articulação direta entre produtores e consumidores de alimentos revelam potencial de atendimento concentrado em grupos de maior poder aquisitivo e melhor condição sociocultural. Sua penetração periférica e seu atendimento a populações economicamente deprimidas têm sido pouco exploradas nos estudos acadêmicos, o que contribui para a manutenção da percepção de sua baixa capilaridade e menor impacto setorial, enquanto alternativa ou objeto de política alimentar de largo espectro. Nesse sentido, torna-se oportuno investigar futuramente se o conjunto das experiências pandêmicas setoriais alterou essa realidade, instituindo novos formatos e possibilidades de ampliação e universalização dos segmentos de público atendido.

Já quanto aos dilemas e desafios dos circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar no escoamento integral da produção dos agentes do campo envolvidos, cabe destacar que, de um modo geral, os projetos em circuitos curtos de produção e abastecimento

têm privilegiado a alternativa da montagem, comercialização e distribuição de cestas de alimentos, cuja composição é variável de acordo com a sazonalidade das safras e outras eventualidades normais aos ciclos da produção rural. Dessa forma, cestas montadas segundo composição e critérios mutantes podem representar, de fato, solução para a venda total dos produtos rurais, eliminando o fator escolha, rejeição por desconhecimento, baixa familiaridade ou depreciação de determinados produtos, entre outros fatores. (JUNQUEIRA; MORETTI, 2019).

Neste caso, a problemática a ser considerada em futuras investigações, no âmbito do protocolo de pesquisa proposto diz respeito à investigação sobre a manutenção e/ou expansão dessas favorabilidades da iniciativa, frente à emergência potencial ou provável de outras situações, nas quais os produtores se vêm condicionados à entrega de apenas alguns itens mais valorizados, diferenciados ou desejados por certos nichos de mercado, arcando com o encalhe do restante de sua produção.

As iniciativas e programas baseados em confecção e fluxos de cestas de alimentos viabilizadas pela conexão direta entre produtores e consumidores consolidaram-se, no Brasil, ao longo da década de 1970, tendo como um dos seus principais eixos articuladores o segmento de produtos orgânicos (BAUMFELD, 1987). Desde então, uma das condições básicas de sucesso para empreendimentos dessa natureza tem sido o do engajamento ativo e consciente dos consumidores no sentido de aceitarem a alteração das composições das cestas, sem a imposição de parâmetros restritivos de seletividade e escolhas.

No entanto, com o crescimento da oferta de produtos orgânicos, bem como de uma variada gama de produtos naturais, artesanais e oriundos da produção familiar pelos equipamentos de varejo tradicionais como lojas especializadas e supermercados, esse tipo de iniciativa sofreu forte refluxo nas décadas seguintes. Seu ressurgimento vinha sendo notado, especialmente a partir dos anos 2000, com a intensificação de demandas de consumidores ativistas e mais exigentes em relação à transparência e equidade social das empresas supridoras envolvidas. (JUNQUEIRA; MORETTI, 2019).

As primeiras evidências e registros já permitem observar que, no contexto pandêmico, a oferta de cestas de alimentos em composições flexíveis, em qualidade e quantidade, diretamente aos consumidores, têm sido, de fato, uma das ações mais intensamente empregadas. Suas origens, formas de organização, iniciativa e liderança apresentaram-se, contudo, altamente variáveis. Foram registradas experiências organizadas e lideradas por *chefs* de cozinha, outras organizadas pela articulação conjunta e cooperação entre os próprios produtores, visando chegar ao mercado de consumo doméstico. Em algumas dessas iniciativas, a associação entre produtores foi além da oferta conjunta em espaços de lojas virtuais e compartilhamento de soluções logísticas; elas evoluíram para a cocriação de produtos elaborados a partir da diversidade de insumos e talentos dos componentes dos coletivos emergencialmente surgidos.

Toda essa diversidade seguramente merecerá futuras catalogação, categorização segundo diferentes tipologias e análise crítica dos fatores positivos e negativos, vantagens e desvantagens, desafios e limitações de cada uma delas, de modo a encontrar e apontar as soluções mais viáveis, abrangentes e desejáveis para a replicabilidade social.

Finalmente, em relação ao último ponto listado, é imprescindível enfrentar o fato de que as dimensões do consumo ainda têm sido preteridas nos estudos e pesquisas do abastecimento alimentar, por vias e movimentos alternativos aos sistemas tradicionais (BENINI; SILVA JÚNIOR, 2019). Esta não é, em absoluto, uma questão menor ou secundária. Pelo contrário, é na esfera do consumo que se institui e se assegura a inserção crítica, engajada e proativa dos cidadãos compradores urbanos, que se tornam, assim, capazes de abrir mão de certas vantagens materiais imediatas oferecidas pelos mercados estabelecidos e convencionais, em prol de posicionamentos ideológicos e políticos mais profundos e consistentes, que constroem e dão suporte às práticas alternativas em construção. (CANCLINI, 1996; PORTILHO, 2011; CASTAÑEDA, 2012; PORTILHO; BARBOSA, 2016; JUNQUEIRA, 2018; JUNQUEIRA; MORETTI, 2019).

Considerações finais

Por sua inegável complexidade, o tema de investigação proposto pelo presente protocolo de pesquisa abarca natural e desejavelmente uma multiplicidade metodológica para sua abordagem investigativa. Neste sentido, não propomos, em absoluto, reduzir repertórios de abordagens qualitativas, quantitativas ou multimetodológicas, ferramentas, métodos ou práticas de pesquisa, nem tampouco qualificar as observações e/ou intervenções possíveis. Antes, visamos apontar os elementos, fenômenos, roteiros e conexões essenciais para a investigação futura do objeto de conhecimento almejado, de modo a instaurar a necessária vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON [1968], 2010) capaz de evitar o seu reducionismo analítico a vieses e dimensões biológicas, ecológicas, preservacionistas ou tecnicistas dadas pelo nutricionismo ou pelo economicismo. Propugnamos, pois, pela necessária inclusão articulada das dimensões socioculturais, afetivas, políticas, econômicas e geográficas dos fenômenos a serem analisados no âmbito dos CCPAA, em que os alimentos figurem essencialmente como bens comuns, limpos, são e suficientes, e onde a natureza ocupe seu lugar enquanto sujeito de seus próprios direitos.

Aceito para publicação em 30/11/2020.

Referências

ABRASEL. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. **40% dos bares e restaurantes deverão fechar durante pandemia em São Paulo, diz Abrasel.** Disponível em: <<https://sp.abrasel.com.br/noticias/noticias/40-dos-bares-e-restaurantes-deverao-fechar-durante-pandemia-em-sao-paulo-diz-abrasel/>>. Acesso em 19 jun. 2020.

ADAMS, P. **Geographies of media and communication.** New Jersey, EUA: Wiley-Blackwell, 2009.

BÁRCENA, A.; BERDEGUÉ, J. Cómo evitar que la crisis del Covid-19 se transforme em uma crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en America Latina e el Caribe. **Informe Covid-19.** Roma: CEPAL/FAO, jul./2020.

BAUMFELD, C. M. A experiência das feirinhas da Famerj – significado e limites do abastecimento direto e atitudes face ao aparelho de Estado. In: MINAYO, N. C. S. (Org.). **Raízes da fome.** Petrópolis: Vozes, 1987.

BENINI, M. L. A.; SILVA JÚNIOR, R. D. Traçando possibilidades metodológicas para os desafios dos estudos do consumo na agroecologia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n.2, p. 352-370, jun./set. 2019.

BILARI, F.; PESANDO, L.M.; KASHYAP, R.; ROTONDI, V. **Desigualdade digital de gênero na América Latina e Caribe**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2020.

BOSCH, N. V. Teorias feministas e pós-feministas de las tecnologías. In: ACSUR-Las Segovias. **Se buscan mujeres #activistas** (Kit de formación: Género, TIC y activismo). Madri: ACSUR-Las Segovias, 2013. Disponível em: <http://www.x0y1.net/KIT_CAST_6-1.pdf>. Acesso em: 28/06/2020.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 1. edição 1968. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2018**. São Paulo: CGI.br, 2019.

CNA. Confederação Nacional da Agricultura; SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **A feira de hortifrúti livre do coronavírus**. Brasília: CNA/SENAR, 2020.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARROLL, B. E.; FAHY, F. Locating the locale of local food: the importance of context, space and social relations. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 30, n. 6, p. 563-576, 2015.

CASTAÑEDA, M. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compras de orgânicos. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 147-160, jan./abr. 2012.

ESCOSTEGUY, A.C. (Coord.). **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais: (re)configurações de uma ruralidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019.

ESCOSTEGUY, A.C.; SIFUENTES, L.; BIANCHINI, A. O uso de tecnologias por famílias de agricultoras: uma reflexão metodológica. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 13, n. 38, p. 97-115, set./dez. 2016.

ESCOSTEGUY, A.C.; FELLIPI, A.C.T. Reconfigurações do espaço rural e do cotidiano familiar: os sujeitos e suas práticas com as tecnologias de comunicação. **Redes**, v. 25, n. 1, p. 211-231, jan./abr. 2020.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/soru.12055>>. Acesso em: 8/06/2019.

GONÇALVES, J.; MASCARENHAS, T. As várias faces do sistema alimentar e a experiência da Rede Brasileira de Consumo Responsável. In: GONÇALVES, J.; MASCARENHAS, T. (Org.). **Consumo responsável em ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017, p.71-87.

HERNÁNDEZ-FLORES, H.D. Del arado al celular. Apuntes sobre juventude y consumo en espacios rurales. **Revista Euroamericana de Antropología**, n. 7, p. 71-94, 2019.

HODGINS, K.; FRASER, E. “We are a bussiness, not a social service agency”. Barriers to widening access for low-income shoppers in alternative food market spaces. *Agriculture and Human Values*, v. 35, n.15, p. 149-162, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 5/04/2019.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura. **Ferías libres con servicio drive-thru para venta de frutas y verduras en Brasil**. San Jose, Costa Rica: IICA 2020.

JUNQUEIRA, A. H. A Igreja entra no clima: comunicação, educação e consumo em “Sobre o cuidado da casa comum” – encíclica papal de Francisco. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 15, n. 44. set./dez. 2018.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, out. 2018/ jan. 2019.

KATO, Y. Not just the price of food: challenges of a urban agriculture organization in engaging local residents. **Sociological Inquiry**, n. 83, p. 369-391, 2008

LARANJEIRAS, A.H.C. **A comunicação dos mapas**. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2019.

LEMONS, A.; PASTOR, L.; OLIVEIRA, N. Wi-Fi Salvador: mapeamento colaborativo em redes sem fio no Brasil. **Intercom**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 35, n.1, p. 183-204, jan./jun. 2012.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. Jesús Martín-Barbero: as formas mestiças da mídia. Entrevista com Jesús Martín-Barbero a Marluci Moura. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 163, p. 10-15, 2009. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/>>. Acessado em: 28/06/2020.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: três introduções. **Matrizes**, n. 1, v. 12, p. 9-31, 2018.

NARCIZO, B. Produtor rural destrói toneladas de alimentos no cinturão verde de São Paulo. **Folha de S. Paulo**, 18 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/produtor-rural-destroi-toneladas-de-alimentos-no-cinturao-verde-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 19/04/2020.

PORTILHO, F. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2011.

PORTILHO, F.; BARBOSA, L. A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. p. 257-273.

SIEGNER, A.; SOWERWINE, J.; ACEY, C. Does urban agriculture improve food security? Examining the nexus of food access and distribution of urban produced foods in the United States: A systematic review. **Sustainability**, v. 10, n. 9, set./ 2018.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. **Nota Técnica IPEA** n. 69. Brasília: IPEA, abr./2020.

WANDERLEY, F. **Desafíos teóricos y políticas de la economía social y solidaria**: lectura desde América Latina. La Paz/ Bolívia: Plural, 2015a.

WANDERLEY, F. (Coord.). **La economía solidaria em la economía plural**: discursos, prácticas y resultados en Bolívia. La Paz/ Bolívia: Plural, 2015b.

WOLTMANN, L. Desenvolvimento, extensão rural e gênero: O “social” e suas metamorfoses na Ascar. **Contraponto**, v. 4, n. 2, p. 42-64, 2017.